

## ***Intelectual orgânico: organizador, educador e dirigente político***

José Santana da Silva\*

### **Resumo**

O termo “intelectual orgânico”, caracterizado pelo pensador italiano Antonio Gramsci como educador, organizador e dirigente político, é por demais conhecido e utilizado por intelectuais brasileiros, especialmente pelos que militam na ciência política e na educação. Raríssimos, entretanto, são os que o submeteram a uma análise crítica, do ponto de vista epistemológico. Hoje, poder-se-ia afirmar que a categoria social “intelectuais orgânicos”, conforme concebida por Gramsci, corresponde à *burocracia* enquanto classe social. Neste artigo, além da indispensável exposição da concepção gramsciana desse termo, são apresentadas algumas observações críticas sobre o seu significado. Para tanto, tomou-se como referência a definição da palavra na acepção do materialismo histórico-dialético.

Palavras-chave: intelectual orgânico, classe social, burocracia.

### **Conceito: expressão da realidade**

Desde que as ciências humanas se constituíram como tais, tem sido regra geral entre os estudiosos recorrerem a uma teoria para compreender e explicar os fenômenos estudados. Esse uso das teorias pode se dar de forma mecânica, descontextualizada, portanto, pouco ou em nada contribuindo para ampliar o conhecimento da realidade. Ao contrário, pode até gerar confusão e impedir a apreensão coerente da mesma. Isso ocorre quando se toma a teoria como anterior à própria realidade de que é expressão, ficando nos limites do idealismo, cujo efeito menos danoso é a geração de anacronismos. Nesse caso, a teoria se torna mesmo um entrave à compreensão e explicação adequada dos fenômenos. Na verdade, deixa de ser teoria e se torna uma ideologia.<sup>1</sup>

---

\* Professor da Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Ciências Socioeconômicas e Humanas em Anápolis, doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás e integrante do Grupo Núcleo de Pesquisa Marxista (CNPq).

Ao procurar estabelecer alguns parâmetros que possibilitem aos historiadores o emprego criterioso dos conceitos e a apreensão coerente do seu significado, Mendonça (1994) os define como sendo “construções lógicas, estabelecidas de acordo com um quadro de referências”, encontrando-se o seu sentido “dentro do esquema de pensamento no qual estão colocados” (p. 15). Isto quer dizer que, dentre outras coisas, fora do referencial teórico-metodológico o conceito perde o seu valor analítico. Mas não é só isso. Segundo a autora, enquanto “representação resumida de um conjunto de fatos”, o conceito “só tem significado porque o cientista, ao aplicá-lo, dá-lhe um significado”, cuja validade científica só é alcançada “se o que o cientista pretende significar se adequa à realidade” (*idem*, p. 19). Assim, Mendonça conclui: “o conceito torna-se pertinente na medida em que ele esteja representando o fenômeno existencial adequadamente” (*idem*).

Obviamente, a solução do problema do “uso dos conceitos” não depende apenas da capacidade de discernimento do estudioso. É preciso levar em conta o papel dos interesses e dos valores que servem de referência na definição de suas escolhas. A própria opção por um referencial teórico ou uma ideologia é condicionada por esses elementos. Com a diferença de que a ideologia não possibilitará chegar a uma compreensão coerente da realidade estudada. Assim, o simples cotejamento entre o significado do conceito e o fenômeno representado não é suficiente para se evitar incongruências entre ambos, persistindo o problema fundamental, qual seja: como se forma a consciência e o juízo do pesquisador que o leva a desenvolver este ou aquele conceito e a optar por este ou aquele “quadro de referências”? A constituição da consciência e a criação das palavras e do conhecimento estão condicionadas pelo contexto em que o estudioso está inserido. Segundo Marx,

O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (1986, p. 25).

Dadas as diferenças de condições em que os sujeitos se inserem nas relações sociais, as concepções que elaboram sobre a realidade também podem ser distintas. Se, por um lado, as considerações de Mendonça têm o valor de contribuir para evitar distorções grosseiras, por outro, não supera os limites da concepção formalista da relação entre o conhecimento e o fenômeno ao qual se refere. Evidentemente, não se trata, aqui, de confundir o conceito com a realidade da qual é a expressão. Tomar o conceito como a própria realidade seria, no mínimo, ingenuidade. Ao tratar dessa relação, Marx afirma:

O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, modo que difere do modo artístico, religioso e prático-mental de se apropriar dele. *O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na medida em que o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente. Por isso também, no método teórico, o sujeito – a sociedade – deve figurar sempre na representação como pressuposição* (1986, p. 15; grifos acrescidos).

Isto significa que a realidade representada existe independentemente do que se pensa sobre ela, ainda que o pensamento seja sua expressão, coerente ou não. Aqui, deve ser explicitado que não se trata de uma relação “sujeito-objeto”, como é comum se encontrar em manuais que tratam desse tema. A separação entre “sujeito do conhecimento” – o pesquisador – e “objeto” – o fato ou o fenômeno pesquisado – é um artifício da concepção positivista do conhecimento, que serve de lastro para a ideologia da neutralidade ou da isenção do pesquisador. Do ponto de vista do materialismo histórico-dialético, a relação entre pesquisador e realidade estudada só pode ser uma relação entre sujeitos, sendo o sentido atribuído ao fenômeno analisado a expressão da consciência do pesquisador, que é determinada pela condição em que está inserido nas relações sociais. A determinação não é sinônimo de reflexo mecânico, mas o

condicionamento que molda a consciência. O conceito é o modo como a consciência apreende e atribui significado à realidade. Contudo, conforme observa Viana,

O conceito não é ‘inventado’ e depois aplicado à realidade, mas, ao contrário, é a realidade que o torna necessário e se expressa através dele. A realidade é, fundamentalmente, o conjunto das relações sociais sob a qual vivemos e que cria a necessidade de comunicação dos nossos interesses e que nos constringe a expressar sob a forma de palavras estes interesses. Daí surge o conceito, que possui, portanto, uma origem social (1997, p. 91).

Assim, o ponto fundamental a ser considerado na definição de um conceito é a coerência entre o seu significado e a realidade a que se refere. Sendo assim, não basta ao autor explicitar o sentido em que emprega os termos fundamentais nas suas análises, é necessário assegurar a correspondência entre o signo e a realidade significada.

### **Os “intelectuais orgânicos” na acepção de Gramsci**

De acordo com a definição de conceito aqui adotada, poder-se-ia afirmar que o termo *intelectual orgânico*, conforme acepção de Antonio Gramsci, é um conceito? Antes de responder a essa questão, é necessário esclarecer o que esse autor entende por “intelectual orgânico”. Começemos por sua definição de intelectual em geral. ‘Por intelectual – afirma ele – cabe entender não somente essas camadas sociais tradicionalmente chamadas de intelectuais, mas em geral toda a massa social que exerce funções de organização em um sentido amplo: seja no plano da *produção*, da *cultura*<sup>2</sup> ou da *administração pública*’ (apud BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 46). Essa definição rompe com a concepção de intelectual como homem de “alta cultura”, produtor de conhecimento desinteressado, ‘puro’. O critério metodológico para a definição gramsciana de intelectual não se encontra na atividade específica que essa

categoria desenvolve, mas sim no sistema de relações sociais dentro do qual desempenha sua *função*. Assim, ele se posiciona:

O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais (GRAMSCI, 1989, p. 6-7).

Nesta acepção, “todos os homens são intelectuais” ou ‘filósofos’<sup>3</sup>, embora nem todos desempenhem “na sociedade a *função* de intelectuais” (grifo meu) (*idem*; grifo acrescido). Os *intelectuais orgânicos*, aos quais se refere Gramsci, surgem como produto do desenvolvimento capitalista, sendo, portanto, uma criação da burguesia, mas que não se limita a ela, estende-se a outras classes fundamentais da sociedade, com exceção do campesinato que, segundo ele, apesar de desenvolver “uma função essencial no mundo da produção”, como o proletariado, não cria “seus próprios intelectuais ‘orgânicos’” nem incorpora “nenhuma camada de intelectuais ‘tradicionais’”, como o faz a classe hegemônica (*op. cit.*: 4-5). Quanto à necessidade histórica dos “intelectuais orgânicos” das classes fundamentais, Gramsci afirma:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (*op. cit.*, p. 3-4).

Nesta formulação já podem ser identificados, pelo menos, quatro aspectos que caracterizam a categoria dos “intelectuais orgânicos”: em primeiro lugar, a sua historicidade; em segundo, o seu papel político; em terceiro, o significado da sua organicidade e, por último, a sua condição a partir da vinculação com uma classe. No primeiro aspecto, verifica-se que os “intelectuais orgânicos” são fruto do desenvolvimento histórico, que culmina na sociedade capitalista com sua respectiva estrutura de classes e seu Estado moderno. Segundo Buci-Glucksmann, “a ‘questão dos intelectuais’ só tem sentido se confrontada em todos os seus aspectos à problemática do

desenvolvimento capitalista e ao funcionamento da ditadura do proletariado na construção do socialismo” (*op. cit.*, p. 40). Na verdade, Gramsci propugna por um novo “bloco histórico”<sup>4</sup>, tendo como base a aliança entre o proletariado e o campesinato sob a hegemonia do primeiro. No novo “bloco histórico”, que corresponderia ao socialismo, seriam criadas novas superestruturas<sup>5</sup>, o que levaria à extinção dos “intelectuais orgânicos” da classe dominante da sociedade capitalista, que seria substituído pelos intelectuais do proletariado. Quanto a este aspecto, Gramsci afirma:

Todo novo organismo histórico (tipo de sociedade) cria uma nova superestrutura, cujos representantes especializados e porta-vozes (os intelectuais) só podem ser concebidos como ‘novos’ intelectuais, surgidos da nova situação, e não a intelectualidade precedente (1991, p. 177).

Sendo históricos, os intelectuais orgânicos perdem a sua razão de ser na medida em que a classe que lhe confere existência deixa de ser hegemônica. Há duas possibilidades de destino para esses “funcionários das superestruturas” da sociedade anterior: ou são assimilados pelos intelectuais orgânicos da nova classe dirigente ou se tornam uma espécie de casta dos intelectuais tradicionais com pretensões autonomistas, até desaparecerem em decorrência do desenvolvimento da nova ordem.

O segundo aspecto que caracteriza o “intelectual orgânico” ou “moderno” é o mais importante, pois é o que dá sentido à sua existência histórica, ao mesmo tempo em que o distingue da acepção tradicional de intelectual. Trata-se da sua função política. Para Gramsci, os “intelectuais orgânicos” cumprem um papel político estratégico: ao mesmo tempo em que “dão homogeneidade e consciência da própria função” à classe à qual se vinculam (tanto no campo econômico quanto no social e no político), eles atuam no sentido de construir o consenso dos grupos subalternizados em torno da direção da classe dominante, garantindo, assim, a sua hegemonia.<sup>6</sup> Segundo Gruppi (1978), a

importância dos intelectuais na obra de Gramsci é compreensível pelo papel que exercem na construção da hegemonia do grupo ou classe dominante (p. 80).

O que caracteriza este novo intelectual, portanto, não é mais a “eloquência” própria dos antigos intelectuais vinculados à classe hegemônica da velha ordem superada, “motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões”. O seu “modo de ser” é caracterizado pela sua inserção ativa “na vida prática, como *construtor, organizador, ‘persuasor permanente’*” que supera o discurso abstrato, elevando-se da “técnica-trabalho” à “técnica-ciência”, atingindo uma “concepção humanista histórica, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se chega a ‘dirigente’ (especialista mais político)” (GRAMSCI, 1989, p. 8; grifo acrescentado). Nessa descrição, Gramsci chega à forma mais completa do “intelectual orgânico”: o partido político – organizador, educador e dirigente político.

O partido – o “moderno Príncipe” – é o intelectual orgânico “coletivo” da classe, que, no caso do proletariado, seria o Partido Comunista. Suas tarefas fundamentais consistem em: a) organizar e exprimir a “vontade coletiva nacional-popular”, não nacionalista; b) organizar e anunciar ou promover “uma reforma intelectual e moral”; c) gerar novos intelectuais para a classe (ação pedagógica); d) promover a *soldadura* entre os intelectuais orgânicos e os intelectuais das antigas classes hegemônicas. Para Gramsci, a reforma intelectual e moral passa, necessariamente, por uma reforma econômica, sendo o programa de reforma econômica “exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral” (2000a, p. 19). Nesse processo, o “moderno Príncipe” substitui qualquer outro arquétipo, tornando-se o referencial para o julgamento e tomada de posição frente às alternativas colocadas pela situação histórica, imediata ou mediata.

O moderno Príncipe, desenvolvendo-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, uma vez que seu desenvolvimento significa de fato que todo ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso, somente na medida em que tem como ponto de referência o próprio moderno Príncipe e serve ou para aumentar seu poder ou para opor-se a ele. O Príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume (*idem*).

Conforme se depreende desta citação, o partido cumpre o papel de guia cultural e político primordial, um implicando o outro. Ressalve-se, porém, que, mesmo atingindo essa preeminência, que lhe confere a condição de instância privilegiada de direção política ou guia intelectual do proletariado, Gramsci inclui como espaços de atuação dos “intelectuais orgânicos” da classe inúmeros outros meios de reprodução da ideologia dominante – são os “*aparelhos de hegemonia*”<sup>7</sup>, que denomina como ‘organizações *pretensamente privadas*, tais como a Igreja, os sindicatos, as escolas’ (*apud* BUCI-GLUCKSMANN, *op. cit.*, p. 36; grifos acrescentados). Para Buci-Glucksmann, a análise dos intelectuais deve ser empreendida a partir da sua inserção nas instituições, o que abrirá o caminho para a análise dos “*diferentes tipos de aparelhos* onde eles se situam (aparelhos econômicos, culturais, estatais)”, sem com isso cair no institucionalismo de tipo weberiano em que os “aparelhos” são encarados como tendo a “primazia sobre a luta de classes” (*op. cit.*, p. 51).

Por que é possível aos intelectuais das classes subalternas atuarem no interior dos “aparelhos de hegemonia” da classe dominante? Pelo fato de eles serem perpassados pelas contradições que se verificam nas relações sociais em geral, expressos no antagonismo entre os interesses das classes fundamentais. Esses “aparelhos”, enquanto parte das *superestruturas*, constituem os meios pelos quais os intelectuais se relacionam com o mundo da produção, caracterizando uma relação ‘mediatizada’ e não imediata.

As superestruturas, segundo Gramsci, se compõem de “dois grandes ‘planos’”, quais sejam: “O que pode ser chamado de ‘sociedade civil’”, que corresponde ao “conjunto dos organismos chamados comumente de ‘privados’”, e a denominada ‘sociedade política ou Estado’, sendo que a primeira – sociedade civil – corresponde ao âmbito em que a classe dominante exerce, sobre toda a sociedade, a função de ‘hegemonia’, e a segunda – sociedade política – a instância de “‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’” (1989, p. 10-11). Na visão do autor, “Estas funções são precisamente organizativas e conectivas”. De qualquer modo, fica estabelecido que é no âmbito das superestruturas que os intelectuais desempenham a sua função peculiar de organizadores da cultura, como construtores da consciência unitária e da hegemonia da classe à qual estão vinculados.

A origem social não é determinante na organicidade desse novo intelectual. Entretanto, o seu vínculo “é particularmente estreito, orgânico, quando o intelectual se origina da classe que representa” (PORTELLI, 1977, p. 85). Isto é o que se verifica mais freqüentemente com os estratos superiores de intelectuais. De um modo geral, segundo Gramsci, a “pequena” e a “média burguesia” são as camadas sociais que, tradicionalmente, fornecem intelectuais às demais classes fundamentais, especialmente à classe dominante. Embora constituam uma camada diferenciada, os intelectuais de tipo orgânico não formam uma classe. A sua vinculação funcional com um grupo fundamental impede que seja totalmente autônomo. A sua autonomia é relativa. Segundo Máximo, “Fora desse caráter de relatividade, a função do intelectual perde o sentido. Se totalmente autônomo, perde o vínculo de organicidade em relação à sua classe; se totalmente subalterno, perde a capacidade de funcionar como autocrítica da própria classe” (2000b, p. 71). Essa autonomia relativa é a medida do equilíbrio que

garante ao intelectual as condições para o desempenho da sua função de articulador do novo “bloco histórico”.

O mesmo processo histórico que gera os “intelectuais orgânicos” de uma nova ordem social transforma os da sociedade anterior em “intelectuais tradicionais”, que se inscrevem no contexto do desenvolvimento capitalista ocorrido de forma desigual. Em *A questão meridional* Gramsci demonstra que, enquanto o norte da Itália se modernizava através de um intenso processo de industrialização, o sul permanecia no atraso, com sua economia essencialmente agrária, relações pré-capitalistas e estrutura social praticamente inalterada, cujas classes fundamentais continuavam sendo o campesinato pobre e os velhos proprietários rurais. No norte, a transformação das forças produtivas, manifestada na industrialização capitalista, gerou o proletariado urbano e a burguesia industrial e financeira. Em decorrência da estrutura diferenciada, nas duas regiões predominavam categorias de intelectuais também distintas: no norte urbano-industrial prevalecia o “intelectual moderno” – de um lado, os intelectuais vinculados à burguesia, classe dominante e hegemônica, do outro, os que se ligam ao proletariado; no sul predominavam os intelectuais de tipo tradicional, que faziam a mediação entre os camponeses e os grandes proprietários em favor do domínio destes últimos. A camada social da qual se origina o intelectual tradicional é a “burguesia rural” (pequenos e médios proprietários).

O intelectual tradicional é, portanto, um tipo social e historicamente bem definido. Profissionalmente, ele se materializaria no advogado ou rábula, no funcionário público, no professor, no escrivão, no padre, etc. Dentre essas categorias a “mais típica” “é a dos eclesiásticos” que, durante séculos, “monopolizaram as superestruturas”: “a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, através da escola, da instrução, da moral, da justiça, da beneficência, etc.” (GRAMSCI, 1989, p. 5). A sua

longa existência, caracterizando uma “ininterrupta continuidade histórica”, além de sua ‘qualificação’, levaram-nos a se considerarem “autônomos e independentes” da classe dominante da sociedade capitalista. Para concluir esta caracterização dos intelectuais tradicionais, vale reproduzir a definição apresentada por Gramsci: são “categorias intelectuais preexistentes”, que aparecem “como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (2001, p. 16).

A partir deste ponto, importa caracterizar a atuação dos intelectuais orgânicos das classes subalternizadas no seu papel de “educadores das massas”, tendo em vista a construção da contra-hegemonia que tem como perspectiva transformar-se numa nova hegemonia, num processo revolucionário que, nas sociedades ocidentais, passa pela estratégia da “guerra de posição”<sup>8</sup>. A compreensão do papel do intelectual orgânico implica na caracterização da sua visão de mundo, denominada “bom senso”<sup>9</sup>, e na explicitação das relações entre intelectuais e “massa”. Os pressupostos básicos dos quais Gramsci parte para delinear a visão de mundo das classes subalternizadas são os seguintes:

- a) “Todos os homens são ‘filósofos’”<sup>10</sup>, ou seja, todo indivíduo é portador de uma visão de mundo contida na linguagem, “no senso comum e no bom senso”, na “religião popular” e demais “crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que se conhece geralmente por ‘folclore’” – uma “filosofia espontânea” (1991, p. 11).
- b) A “concepção do mundo” de cada indivíduo é, fundamentalmente, a concepção do grupo ou da classe social à qual pertence.

Sendo, ao mesmo tempo, produto e representação do ambiente em que vive – o mundo constituído por contradições, pelo novo que nasce, mas que nem sempre supera o antigo, mantendo com ele uma coexistência estranha, “bizarra” – a concepção de mundo das classes subalternizadas traz a marca da sua condição nas relações sociais.<sup>11</sup> Desta situação decorrem as incongruências, por vezes notadas, entre o pensar e o agir dos indivíduos: às vezes, optam por determinada concepção de mundo nova, mas continuam agindo de modo incoerente. Esta é a situação própria do “senso comum”, ou da ‘filosofia dos não filósofos’, segundo Gramsci.

O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o ‘folclore’ da filosofia e, como folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (...) desagregada, incoerente, inconseqüente, adequada à posição social e cultural das multidões, das quais ele é a filosofia (GRAMSCI, 1991, p. 143).

Mas o senso comum não é a filosofia propriamente dita, que Gramsci define como “ordem intelectual”, pensamento crítico capaz de expressar a realidade de forma unitária, coerente e conseqüente, o que a religião e o senso comum “não podem ser”. Além disso, o senso comum se difere da religião, embora ela seja um dos elementos que o compõem. A visão fragmentada e incoerente do senso comum resulta da própria condição social subordinada à qual estão submetidas as classes dominadas, ao mesmo tempo em que se torna fator de sua permanência como tal. Entretanto, a assimilação dos elementos ideológicos dos grupos dominantes pelos “homens simples” não é total nem absoluta. As relações entre dominantes e dominados são perpassadas constantemente pela oposição entre os interesses de ambas as partes, determinada pela posição em que se situam na estrutura social. Daí que, assim como se constroem “filosofias” ou concepções distintas do mundo, constituem-se, também, diversas formas de senso comum. Afinal, a ideologia<sup>12</sup> das classes dominantes é elaborada para atender à sua “função histórica”, e “não aos interesses e à função histórica das classes subalternas”

(GRUPPI, *op. cit.*, p. 68). Além de ser “um produto” social, o senso comum é, simultaneamente, “um devenir histórico”, como afirma Gramsci. Como tal, essa ‘filosofia dos não filósofos’, traz no seu interior os germes da transformação. Isto significa dizer que a possibilidade de superação do senso comum, elevando a consciência das classes subordinadas ao nível do “bom senso”, estaria na própria disposição desses grupos sociais de ‘tomar as coisas com filosofia’.

Se existe uma tal filosofia capaz de promover essa transformação, só pode ser a “filosofia da *praxis*”.<sup>13</sup> Contrariamente ao modo de proceder da classe dominante e das instituições que legitimam seu poder, a filosofia da práxis busca a unidade orgânica através do desenvolvimento do senso crítico das massas e não por meio de imposições e repressão. Como procede a filosofia da práxis, a “verdadeira concepção de mundo do proletariado”, na versão gramsciana? O próprio Gramsci explica:

... a filosofia da *praxis* não busca manter os ‘simplórios’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios não é para limitar a atividade científica e manter a unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um programa intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (1991, p. 20).

Essa orientação do objetivo da filosofia da *praxis*, qual seja: a destruição da ordem capitalista. Mas os intelectuais orgânicos das massas não podem se iludir: essa transformação do “senso comum desagregado” numa visão de mundo unitária é um processo longo e difícil, como é a “elaboração” dos próprios intelectuais. Exige paciência e compreensão exata, isto é, crítica da consciência do “homem ativo de massa”. Este, segundo Gramsci, possui uma consciência que chega a ser contraditória: por um lado, age solidariamente ao lado dos “seus colaboradores na transformação da realidade”, embora não tenha plena clareza do significado político de tal ação; por

outro, possui uma representação do mundo marcada por elementos que expressam valores conservadores assimilados de forma acrítica.

Os limites dessa consciência primitiva de classe – uma consciência “pequeno-burguesa” – se evidenciam na noção de subversão, quando “o ‘povo’ sente que tem inimigos e os individualiza só empiricamente nos chamados senhores” (GRAMSCI, 2000a, p. 189). A superação desse estado de consciência do senso comum por uma “autoconsciência crítica” passa pela “luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real” (GRAMSCI, 1991, p. 21). Isto significa que a consciência de classe se desenvolve no bojo da luta de classes, expressa numa ‘relação de força’.

Esse processo passa por diferentes estágios:<sup>14</sup> o primeiro é o “econômico-corporativo” – o “mais elementar” – caracterizado pela solidariedade entre indivíduos da mesma categoria profissional para a consecução de objetivos econômicos, mais imediatos; no segundo, os indivíduos atingem “a consciência da solidariedade de interesses entre *todos* os membros do grupo social mais amplo”, mas ainda em função da defesa de interesses econômicos, identificando na conquista do Estado ou na participação nas suas instituições o meio para obter a igualdade político-jurídica com o grupo dominante – trata-se de uma consciência política reformista (GRAMSCI, 2000a, p. 41); o terceiro estágio “é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos (...) supera o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados” (*idem*). Gramsci considera esta última fase “a mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas” e se constitui

o partido, instrumento fundamental para a conquista do Estado e o estabelecimento da hegemonia do grupo social fundamental sobre os grupos subordinados (*idem*).<sup>15</sup>

Para Gramsci então, o terreno da transformação da consciência do senso comum na autoconsciência crítica do bom senso é o da luta política de classes, tendo nos intelectuais orgânicos os condutores do processo (organizadores, dirigentes). Mas a construção dessa concepção revolucionária do mundo não se realiza de forma linear, pura. Na elaboração da sua cultura, as classes subalternizadas entram em contato com a concepção de mundo dominante e incorporam alguns de seus elementos racionais, e isto significa também empreender esforços na tentativa de cooptar os seus intelectuais mais ativos e democráticos, através dos próprios intelectuais orgânicos. A relação com estes, por seu lado, é permeada por conflitos, encontros e desencontros, alianças e rupturas. As situações de conflito entre as massas subordinadas e seus intelectuais resultam, geralmente, da origem social diversa da maioria dos intelectuais, que são “importados” de outras classes, trazendo consigo valores e aspirações, às vezes, estranhos ao universo popular.

Outro fator de atritos e separações entre intelectuais e massa, que em larga medida decorre da primeira, está na própria diferença das visões de mundo de ambos: os primeiros seriam portadores de uma consciência crítica, racional; a cultura popular é considerada acrítica, estática, dogmática. Como Gramsci explica tais diferenças culturais entre intelectuais e massa? Para ele, “O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, muito menos, ‘sente’” (1991, p. 139). Isto deriva do “pedantismo” e do “filistinismo” do intelectual, o que se desdobra numa postura elitista, semelhante à dos intelectuais tradicionais, e da “paixão cega” e sectária dos “simplórios”. Para ele,

O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (...) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, assim, explicando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as, dialeticamente às leis da história, a uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, que é o 'saber' ..." (*idem*).

Sem essa “conexão sentimental” não se faria “política-história” e as relações intelectuais-massa se burocratizariam, caindo no “centralismo orgânico”, autoritário, elitista, próprio dos intelectuais tradicionais. O intelectual, a quem cabe dar “homogeneidade e consciência” à classe da sua função hegemônica na sociedade, deve compreender que o senso comum é profundamente conservador e contraditório, embora os “elementos materialistas” e o religioso que o constituem não estejam em oposição. Apesar do seu conservadorismo, importa destacar que o senso comum é portador de uma “espontaneidade” que se manifesta nos movimentos das massas populares, mas não existe em forma “pura”. Segundo Gramsci, a “teoria moderna” não pode se colocar em oposição a essa espontaneidade das massas, pois o desprezo aos seus “movimentos espontâneos” pode levar a conseqüências desastrosas, tornando-as cooptáveis por grupos reacionários para seus projetos ditatoriais. Aqui, ele tem em mente o fascismo. É necessário superar essa “concepção histórico-política escolástica e acadêmica”, que só considera de real valor aqueles movimentos “cem por cento” conscientes (ou “políticos”) e que possuem “um plano minuciosamente traçado com antecedência”, nos moldes de uma “teoria abstrata” (2000a, p. 198).

Para finalizar esta caracterização dos intelectuais na acepção de Gramsci, devemos levar em conta, ainda, que ele identifica uma “certa divisão social do trabalho” no interior da categoria, que se configura numa “gradação de qualificações”, numa hierarquização das funções intelectuais, expressando “uma verdadeira e real diferença

qualitativa” em que na posição superior aparecem “os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.” e na inferior figuram “os ‘administradores’ e divulgadores mais modestos da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada” (1989, p. 11-12). Esta distinção, segundo Portelli (*op. cit.*), tem a finalidade de identificar o verdadeiro alvo do combate empreendido pelos intelectuais das classes fundamentais dominadas – os grandes intelectuais orgânicos da classe dominante. Nesse enfrentamento, determinado pela luta de classes, Gramsci afirma que “difundir criticamente verdades já descobertas”, transformando-as “em bases de ações vitais” de uma nova “ordem intelectual e moral”, é tão importante quanto criar uma nova cultura mediante “descobertas ‘originais’” (1991, p. 13-14, nota IV). Não se trata de uma visão utilitarista do conhecimento, mas sim de explicitar o sentido da existência da camada dos intelectuais orgânicos.

### **Considerações críticas**

Feita esta explanação, cabe agora anotar algumas observações críticas a essa concepção gramsciana de “intelectual orgânico”. Em primeiro lugar, ao definir a categoria social dos intelectuais, embora o autor afirme que ela é fruto do desenvolvimento histórico, não explicita que sua origem decorre da divisão capitalista do trabalho, que torna o trabalho intelectual uma especialidade imprescindível à reprodução da sociedade burguesa. Essa lacuna tem como consequência a naturalização da existência desse grupo de “especialistas mais políticos”, que transcenderia a sociedade capitalista, continuando a existir na sociedade socialista, o que contraria o materialismo histórico-dialético, se se tiver como tal uma sociedade sem classes e sem Estado. Dessa perspectiva, o novo “bloco histórico”, formado por operários (classe

hegemônica), camponeses e “intelectuais” não pode ser tomado como sinônimo de socialismo, mas sim como “capitalismo de Estado” em que a classe dominante e hegemônica não é o proletariado, mas a burocracia encastelada no partido e no Estado.

Um segundo problema dessa concepção de Gramsci – mais importante do que o primeiro, do ponto de vista conceitual – se encontra na fusão dos intelectuais com a burocracia sem perceber que são duas classes distintas a serviço da dominação burguesa. É certo que os intelectuais, mesmo tendo suas especificidades determinadas pela sua função de produtor e disseminador de ideias ou ideologias – ciência, filosofia, arte, teologia, etc. – e pela condição em que se insere nas relações sociais, podem desempenhar funções típicas da burocracia, quais sejam, organização e direção, seja nas instituições estatais ou privadas, incluindo as empresas, os partidos e os sindicatos. Entretanto, sua função na divisão social do trabalho permanece. Mais grave do que isso, é o fato de Gramsci não admitir que os “organizadores” e “dirigentes” políticos constituem uma classe – a burocracia<sup>16</sup> –, cujas funções são exatamente essas que atribui aos “intelectuais orgânicos”. A indicação da pequena e da média burguesia pelo autor como o celeiro de intelectuais permite deduzir que, embora esse grupo cumpra funções específicas nas relações sociais, a origem social dos indivíduos é que determina a sua classe. Desse modo, perde de vista a determinação fundamental na definição das classes sociais, que é a sua condição nas relações sociais de produção, da qual deriva a sua função.

Uma última observação é sobre a visão positiva que Gramsci tem do “intelectual orgânico”, o que o impede de analisar o seu papel de uma perspectiva crítica, isto é, como classe auxiliar da burguesia na sociedade capitalista e como classe dominante no novo “bloco histórico” formado pelo proletariado em aliança com camponeses e intelectuais. Na verdade, Gramsci concebe a si mesmo como um

“intelectual orgânico” do proletariado. Daí, se torna um defensor da burocracia partidária, bem aos moldes de Lênin, ainda que critique o vanguardismo e a tendência burocrata do partido comunista e defenda a sua proletarização, o que evidencia a sua separação da classe cujos interesses pretende representar. Isso é típico das relações burocráticas. Essas observações críticas sobre a noção de “intelectual orgânico” de Gramsci indicam a impossibilidade de classificá-la como um conceito, na acepção do materialismo histórico-dialético apresentada acima, concebido como expressão da realidade.

### **Abstract**

The term "organic intellectual", characterized by the Italian Antonio Gramsci thinker as educator, organizer and politician leader, is known and used by Brazilian intellectuals, especially by that militate in political science and education. Extremely, however, are those who underwent a critical analysis of epistemological viewpoint. Today, one could argue that social classification 'organic intellectuals', as conceived by Gramsci, corresponds to bureaucracy while social class. In this article, in addition to the indispensable exhibition design Gramsci on this term are some criticisms about its meaning. For both, was taken as reference to translate within the meaning of dialectical and historical materialism.

Keywords: organic intellectual, social class, bureaucracy.

### **Referências bibliográficas**

ANDERSON, Perry. “As antinomias de Antonio Gramsci”. In: *Crítica Marxista. A estratégia revolucionária na atualidade*. Vol. 1. São Paulo: Urupês, 1986.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho *et al.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

\_\_\_\_\_. *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Graal, 1978.

KORSH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Tradução de José Paulo Neto. – Rio de Janeiro: Editor UFRJ, 2008.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer?* 1902.

MADURO, Otto. *Religião e luta de classes: quadro teórico para a análise de suas inter-relações na América Latina*. Tradução de Clarêncio Neotti e Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. “Prefácio à Introdução à crítica da economia política”. In: *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. Traduções de Edgard Malagodi *et al.* 2ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas).

MÁXIMO, Antônio Carlos. *Os intelectuais e a organização das massas: o retrato de uma tormenta*. São Paulo: Autores Associados, 2000b.

MENDONÇA, Nadir Domingues. *Uma questão de interdisciplinaridade: o uso dos conceitos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Tradução de Angelina Peralva. 5ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

VIANA, Nildo. *A consciência da história: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Goiânia: Edições Combate, 1997.

\_\_\_\_\_. *Escritos metodológicos de Marx*. Goiânia: Edições Germinal, 1998.

## Notas

---

<sup>1</sup> O termo ideologia é tomado aqui na acepção de Marx, que o define como falsa consciência ou representação distorcida da realidade (cf. MARX, 1998).

<sup>2</sup> Para Gramsci, cultura nada tem a ver com “saber enciclopédico, no qual o homem é visto apenas sob a forma de um recipiente a encher e entupir de dados empíricos, de fatos brutos e desconexos” (2004b, p. 57), cultura corresponde a “organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior”, que permite a compreensão do “próprio valor histórico”, da “própria função na vida”, dos “próprios direitos” e dos “próprios deveres” (*idem*, p. 58).

<sup>3</sup> Filosofia tem, para Gramsci, o significado de concepção de mundo contida na linguagem, na obra de arte, na conduta moral, nas crenças, enfim, no “senso comum” e no “bom senso”.

<sup>4</sup> Gramsci concebe o “bloco histórico” como a unidade orgânica entre infra-estrutura e superestruturas articulada pelos intelectuais orgânicos.

<sup>5</sup> Procurando explicitar a função das “superestruturas”, Viana (1998) propõe a sua substituição pelo termo “formas de regularização”, que segundo ele, “apresenta algumas vantagens”, quais sejam: “supera o monolitismo da noção de superestrutura (são ‘formas’), deixa claro qual é seu papel (regularizar, ou seja, tornar regular, o que significa um papel conservador), e, por fim, demonstra que ela atua sobre as relações sociais, buscando regularizá-las, o que demonstra seu caráter ativo, embora no sentido de conservar as relações de produção dominantes” (p. 22).

<sup>6</sup> Na acepção de Gramsci, *hegemonia* corresponde a uma combinação equilibrada entre consenso e força (coerção por meio dos aparelhos do Estado: polícia, tribunais etc.), podendo oscilar sem que a segunda atinja excessiva preeminência em relação ao primeiro, “tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos órgãos de opinião pública...” (2000a, p. 95). Segundo Perry Anderson, a origem do termo hegemonia remonta aos escritos do social-democrata russo Giorgui V. Plekhanov (1856-1918), tornando-se de uso frequente pelos bolcheviques até 1917 (ANDERSON, 1986, p. 16). Na Rússia, o termo estava relacionado à ideia da revolução democrático-burguesa, na obra de Gramsci aparece “como uma *estratégia* de ‘guerra de posição’” (*idem*, p. 15).

<sup>7</sup> Inspirado nessa categoria gramsciana, Althusser desenvolveu sua concepção de *Aparelhos Ideológicos de Estado* – A.I.E. – entendidos como “um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1992, p. 68). Vale ressaltar que Althusser distingue o seu próprio conceito de ideologia do de Marx.

<sup>8</sup> A respeito dessa estratégia de luta revolucionária, ver Buci-Glucksmann, *op. cit.*, especialmente a quarta parte. Para uma visão crítica, ver Anderson, *op. cit.*

<sup>9</sup> Gramsci define o “bom senso” como consciência unitária e crítica do mundo resultante de um processo catártico, a partir do senso comum.

<sup>10</sup> Cabe destacar aqui que essa é uma ideia que Gramsci herdou do pensador idealista italiano Benedetto Croce (1866-1952), sua primeira referência intelectual. O próprio Gramsci admitiu que, pelo menos durante sua juventude, ele foi “sobretudo tendencialmente croceano”. Na verdade, a influência de Croce em suas concepções foi muito além da fase juvenil. A importância que atribui ao papel histórico dos intelectuais é uma demonstração disso. No afã de conferir novos significados a algumas palavras, Gramsci acaba por distorcer o seu sentido. Isso se verifica, por exemplo, com as noções de filosofia e filósofo, intelectual e ‘revolução passiva’. Sobre a noção de “intelectual orgânico” será esboçada uma apreciação crítica no final deste texto.

<sup>11</sup> Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels já afirmavam que “São os homens que produzem suas representações, suas idéias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são *condicionados* por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (1998, p. 19). Este é o pressuposto do materialismo histórico-dialético.

<sup>12</sup> Ideologia, para Gramsci, é “toda concepção particular dos grupos internos da classe, que se propõem ajudar a resolver problemas imediatos e restritos” (1991, p. 226). Ele distingue “ideologias historicamente orgânicas” – com “uma validade psicológica” cumprindo a dupla função de organizar as “massas humanas” e formar o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. – de ideologias “arbitrárias, racionalistas”, entendidas como aquelas que apenas criam “‘movimentos’ individuais, polêmicas”, sem maiores consequências históricas.

<sup>13</sup> O termo “filosofia da *praxis*” é empregado por Gramsci como equivalente a *materialismo histórico-dialético* ou marxismo. Entretanto, é preciso ressaltar que a concepção idealista do papel político atribuído pelo autor dos *Cadernos do cárcere* ao marxismo não coincide precisamente com o significado dessa teoria, que Korsh (2008) afirma ser a “expressão teórica” da luta prática da classe operária pela sua emancipação (p. 125). Gramsci inverte este sentido, conforme se verifica na citação seguinte.

<sup>14</sup> Mais do que os estágios do desenvolvimento da consciência de classe, Gramsci propõe na exposição desse esquema um método de análise da correlação das forças sociais, decorrente das relações de classes, distinguindo “movimento orgânico” (estrutura) de “movimento conjuntural) (cf. GRAMSCI, 2000, p. 36ss).

<sup>15</sup> Na acepção de Marx, esse processo corresponde ao desenvolvimento da consciência de “classe em si” para a consciência de “classe para si”, que, no caso do proletariado, culminaria na auto-organização com vistas ao estabelecimento do autogoverno e não à criação de um partido organizador e dirigente da classe para a tomada do Estado. Se, para Gramsci, a revolução operária tem como fim a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário dirigido pelo partido, para Marx ela deve levar ao fim da sociedade burguesa e do Estado, bem como de todas as formas de poder alienado, inclusive do partido. Nesse sentido, em termos de meio e fim, a concepção de revolução de Gramsci é distinta da de Marx.

<sup>16</sup> Desde que surgiu, o termo burocracia recebeu diversas conotações. As mais comuns são: uma organização administrativa racional e o conjunto das regras que regem o seu funcionamento e seus fins; e o conjunto dos indivíduos que exercem função de direção na administração do Estado, das empresas e das demais instituições privadas. Neste artigo, embora não seja descartado o primeiro significado, o conceito burocracia é empregado no segundo sentido, entendida como classe auxiliar da burguesia na sociedade capitalista e como classe dominante no “capitalismo de Estado”. Enquanto classe, esse termo possui outros correspondentes, tais como *nomenklatura*, tecnocracia e “burocracia de Estado”. O fenômeno da burocratização bolchevique na Rússia, após a revolução de 1917, tornou mais evidente a existência dessa classe. Sobre isso, ver, por exemplo, Milovan Djilas, *A nova classe* (1971). Quanto à variedade de sentidos do termo, consultar o opúsculo *O que é burocracia*, de Fernando C. Prestes Motta (2000).